

Covas cumpre meta impopular de seu programa

Q

Liege Albuquerque
de São Paulo

Um dos motes de campanha na política educacional do governo Mário Covas (PSDB), a reorganização das escolas, foi motivo de dores-de-cabeça, nos últimos três anos, do motorista Israel Cardoso, morador da Zona Sul de São Paulo. Em 1995, seus dois filhos, que hoje estão na 6ª série, tiveram de ser transferidos de uma escola estadual, porque, a partir daquele ano, ela só atenderia até a 4ª série. No ano seguinte, nova transferência: a escola para onde as crianças tinham ido passaria a atender também só até a 4ª série. Este ano, estão na terceira escola.

A reorganização das escolas, apesar de uma decisão das mais impopulares do governo Covas, estava no programa do candidato — em quem o motorista votou. A secretária de Educação de Covas, Rose Neubauer, afirma que a reorganização não causa mais problemas. Já a coordenadora da entidade Fórum de Educação, Giulia Piero, considera que a questão é “de tirar votos numa tentativa de reeleição”.

Reorganizar escolas, priorizar o ensino fundamental: a cada uma das promessas de campanha, a secretaria de Educação apresenta estatísticas. Uma página inteira em vários jornais paulistas (custando cada cerca de R\$ 50 mil), no último dia 15, fez um balanço “do dito e feito na educação”.

O deputado estadual César Callegari (PSB) entrou com uma representação no Ministério Público denunciando que Covas nunca aplicou sequer o mínimo exigido legalmente à educação — também compromisso de Covas. Na Constituição Federal o mínimo exigido é 25% e a do estado é de 30% da receita. Em 1995 foi aplicado 24,3% da receita arrecadada em educação; no ano passado, 23,1%; neste ano foram 22,4%; para o próximo ano, o orçamento previsto reserva 22% para a área. Os dados estão publicados no Diário Oficial do Estado.

Para a oposição, a cada meta cumprida foram deixadas seqüelas, em vários pontos negligenciados. “No programa de governo de Covas não há uma linha sobre o ensino de segundo grau”, afirma o deputado José Baccarin (PT). Em todos os quadros com estatísticas favoráveis distribuídos pela secretaria, nada consta sobre o segundo grau.